



Rodrigo Chaloub Dieguez

**Autonomia, Accountability e Coesão Interna: uma análise
político-institucional de Consórcios Intermunicipais**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Sociologia e Política PUC-Rio.

Orientador: Prof. Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho

Rio de Janeiro
Setembro de 2011



Rodrigo Chaloub Dieguez

Autonomia, *accountability* e coesão interna: uma análise político-institucional de consórcios intermunicipais

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Ricardo Emmanuel Ismael de Carvalho

Orientador

Departamento de Sociologia e Política – PUC-Rio

Prof. Augusto Cesar Pinheiro da Silva

Departamento de Geografia – PUC-Rio

Profa. Maria Celina Soares D'Araujo

Departamento de Sociologia e Política – PUC-Rio

Prof. Eduardo de Vasconcelos Raposo

Departamento de Sociologia e Política – PUC-Rio

Profa. Mônica Herz

Coordenadora Setorial do Centro
de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2011

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Rodrigo Chaloub Dieguez

Graduou-se em Ciências Sociais pela PUC-Rio (2004-2007), tendo realizado duas pesquisas de iniciação científica, tendo recebido bolsa PIBIC/CNPq em uma delas, a que foi base de sua monografia. Os estudos desenvolvidos para a realização dessa dissertação subsidiaram os trabalhos publicados em revistas acadêmicas, congressos e boletins técnicos.

Ficha Catalográfica

Dieguez, Rodrigo Chaloub

Autonomia, accountability e coesão interna: uma análise político-institucional de consórcios intermunicipais / Rodrigo Chaloub Dieguez ; orientador: Ricardo Ismael. – 2011.

317 f. : il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Sociologia e Política, 2011.

Inclui bibliografia

1. Sociologia – Teses. 2. Federalismo cooperativo. 3. Consórcios intermunicipais. 4. Avaliação institucional. 5. Políticas públicas. 6. Saúde. 7. Meio ambiente. I. Ismael, Ricardo. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Sociologia e Política. III. Título.

CDD: 301

Para os meus pais, Lúdia e Orlando, que sempre me deram orgulho pelo que são.
Para Marina, Lidia, Manolo, Victor, Amir e Cely, que deixam até hoje muitas saudades.

Agradecimentos

Agradeço ao meu orientador Ricardo Ismael, o meu maior incentivador à vida acadêmica, que se tornou um grande companheiro e amigo desde a graduação, com a iniciação científica e a monografia, até o mestrado. O seu maior ensinamento foi manter como meta o desafio de pensar a realidade brasileira e o desenvolvimento do país.

Agradeço aos professores e funcionários do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, em especial à Ana Roxo, que, com toda sua competência, é uma verdadeira orientadora para todos os alunos da pós-graduação nas questões burocráticas e administrativas.

Agradeço aos membros da banca examinadora, Augusto Pinheiro da Silva, Maria Celina D'Araújo e Eduardo Raposo, pelas sugestões dadas no Exame de Qualificação, cujas contribuições foram fundamentais para tornar este trabalho melhor estruturado em torno de sua questão principal.

Agradeço ao Programa de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida nos primeiros vinte e quatro meses de pesquisa.

Agradeço a todos os entrevistados pelas contribuições importantíssimas para o desenvolvimento desta dissertação. Agradeço também aos que colaboraram com a minha pesquisa seja indicando pessoas para entrevistar seja fornecendo os documentos e informações de suma importância, como Paula Azem, Orlando Tomé, Luzia Arantes, Agnes Avellan, Artur da Silva Andrade, Cláudia Souza e Fátima.

Agradeço aos meus amigos da pós-graduação que, como um grande grupo de debate em todas as disciplinas e fora da sala de aula, compartilharam os anseios e desafios próprios de mestrandos e doutorandos e provocaram intensos debates sobre os grandes temas de nossas áreas.

Agradeço à minha família. Aos avós, que dos quatro, somente minha avó Lícia poderá me ver mestre, representando muito orgulhosa todos eles. Aos meus pais, que sempre investiram na minha educação e me passaram a importância de valores como ética e responsabilidade. Ao meu irmão, que sempre está ao meu lado incondicionalmente.

Agradeço à Diana, que conheci no mesmo período em que iniciei o mestrado, e compreendeu a necessidade da dedicação pessoal e dos momentos de solidão que por muitas vezes necessitei e enfrentei, mas a quem nunca deixei de dedicar o meu amor.

Agradeço, enfim, a todos aqueles que não foram citados aqui, mas contribuíram de alguma forma para o trabalho exposto.

Resumo

Dieguez, Rodrigo Chaloub; Carvalho, Ricardo Emmanuel Ismael (orientador). **Autonomia, Accountability e Coesão Interna: Uma análise político-institucional de consórcios intermunicipais**. Rio de Janeiro, 2011. 317p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Sociologia e Política, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Os consórcios intermunicipais podem ser vistos como uma arena política federativa de cooperação horizontal, voltada para a produção compartilhada de decisões sobre políticas públicas. Nos últimos vinte anos, eles ganharam maior evidência, diante de um contexto no qual os municípios assumiram maiores responsabilidades na provisão de serviços sociais e execução de políticas públicas, e quando se fortaleceram como instrumento de gestão capaz de solucionar problemas que surgem de situações de interdependência entre os municípios e de casos em que a atuação regionalizada possibilita melhores condições de coordenação das ações entre os entes federativos. A dissertação analisa duas experiências de consorciamento no Estado do Rio de Janeiro, o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense (CISBAF) e o Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ). A metodologia de análise foi assentada sobre a autonomização institucional, a presença de mecanismos de controle democráticos e a vitalidade política em torno de uma coesão interna. A análise dos resultados obtidos identifica evidências de consolidação dos dois consórcios selecionados e indica diferenças entre os padrões institucionais do CISBAF e do CILSJ. Essas diferenças são explicadas (i) pela estratégia de coordenação e transferência de autoridade sobre a implementação e execução de políticas públicas dos governos federal e estadual em cada setor envolvido, (ii) pelas características da trajetória de cada caso, e (iii) pelos mecanismos que mantêm os municípios envolvidos e atraídos pela sua institucionalidade decisória.

Palavras Chave

Federalismo Cooperativo; Consórcios Intermunicipais; e Avaliação Institucional.

Abstract

Dieguez, Rodrigo Chaloub; Carvalho, Ricardo Emmanuel Ismael (Advisor). **Autonomy, Accountability and Internal Cohesion: A politic-institucional analysis of intercity consortia**. Rio de Janeiro, 2011. 317p. MSc. Dissertation – Departamento de Sociologia e Política, Pontifícia Universidade Católica do Rio Janeiro.

Intercity consortia may be seen as a federative political arena of horizontal cooperation, focused toward the shared production of policy decisions. In last twenty years, they have received growing appreciation in context of a more active role for the municipalities on providing social services and policy-making. Furthermore, those arrangements become stronger as a management tool to solve problems of interdependence between the cities and when the regionalized activity enables better coordination of activities among the federal entities. The paper analysis two inter-municipal consortia in the State of Rio de Janeiro, “Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense (CISBAF), that involves health policies, and “Consórcio Intermunicipal Lagos São João” (CILSJ), for environmental and water management. The analytical methodology was constructed based on institutional autonomy, presence of mechanisms of democratic control and maintenance of internal cohesion. The results indicates that the two cases are consistency experiences and identify some differences between their institutional patterns, which are explained by (i) the strategy of coordination and authority transfer over the policy-decision-making and policy-making, (ii) the path features in each case, and (iii) the mechanism used to keep the municipalities linked in the institutionalized decision process of the consortium.

Keywords

Intercity Consortia; Cooperative Federalism; Institutional Assessment.

Sumário

1. Introdução	23
1.1 Delimitação do Objeto de Estudo	26
1.2 Desenvolvimento e estruturação da pesquisa: estabelecendo os objetivos e reforçando as questões investigadas	29
1.3 Estrutura da dissertação: definindo os capítulos que serão desenvolvidos	32
2. Relações intergovernamentais e institucionalidade na reflexão teórica e analítica dos consórcios intermunicipais dentro do contexto federativo pós-1988	33
2.1 <i>Os consórcios intermunicipais entre a autonomia e a interdependência, a cooperação e a competição</i>	34
2.1.1 O federalismo como distribuição territorial do poder	34
2.1.2 O debate sobre as relações intergovernamentais em um Estado Federativo	36
2.2 <i>Os consórcios intermunicipais à luz do neoinstitucionalismo histórico</i>	43
2.2.1 O neo-institucionalismo histórico: dimensão temporal dos eventos políticos, path dependence, <i>increasing returns</i> e conjunturas críticas	46
2.2.2 Os fundamentos da escolha pela vertente histórica do neoinstitucionalismo	54
2.3 <i>Os consórcios intermunicipais no contexto federativo do Brasil pós-Constituição de 1988</i>	56
2.3.1 Constituição de 1988: o ímpeto descentralizador a configuração de um federalismo compartimentalizado, competitivo e predatório	56
2.3.2 As reformas do governo FHC e a disciplina fiscal e política imposta aos governos municipais	68
2.3.3 A aproximação entre o governo federal e os municípios e os incentivos à cooperação no período do governo Lula	70
2.4 <i>Considerações Finais</i>	76

3. Consórcios Intermunicipais em foco: o debate conceitual, o estado da arte na agenda de pesquisa nacional e o desenvolvimento do quadro analítico	78
3.1 <i>A construção do conceito de consórcio intermunicipal</i>	79
3.2 <i>O Estado da Arte na agenda de pesquisa nacional sobre os consórcios intermunicipais</i>	87
3.2.1 As principais vertentes	88
3.2.2 Formação, Desenvolvimento Institucional e Dimensões Democráticas	94
3.2.2.1 Os fatores que contribuem para a formação dos consórcios intermunicipais	95
3.2.2.2 A sustentabilidade dos consórcios e a dinâmica interna de seu funcionamento	104
3.2.2.3 As dimensões democráticas da relação entre os consórcios intermunicipais e a sociedade	117
3.3 <i>Os eixos do quadro analítico: autonomização, accountability e coesão interna</i>	124
3.3.1 A autonomização do processo decisório	125
3.3.2 Os mecanismos democráticos de participação e controle	131
3.3.3 Compartilhamento de agenda e coesão interna	135
3.4 <i>Considerações Finais</i>	140
4. O perfil dos consórcios intermunicipais no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro	143
4.1 <i>Tendências da formação de consórcios intermunicipais no Brasil</i>	143
4.2 <i>Os consórcios intermunicipais fluminenses: possíveis apontamentos</i>	164
4.3 <i>Considerações Finais</i>	170
5. Caracterização dos consórcios estudados: territorialização, trajetória e realizações	173
5.1 <i>CISBAF: capacidade insuficiente de recursos na Baixada e consolidação como instrumento de gestão regional</i>	173
5.1.1 Perfil socioeconômico e recursos de saúde dos municípios do CISBAF	173
5.1. Trajetória, operacionalidade e principais realizações do CISBAF	180

5.2 <i>A experiência do CILSJ: Degradação Ambiental, Gestão de Bacia Hidrográfica e Ascendência Institucional</i>	197
5.2.1 Caracterização da Bacia: síntese geográfica, populacional e econômica	197
5.2.2 Processo político de criação do organismo de bacia, trajetória ascendente de gestão participativa, integrada e descentralizada e atividades desenvolvidas	205
5.3 <i>Considerações Finais</i>	225
6. Aplicando a metodologia construída: análise política e institucional do CISBAF e do CILSJ	227
6.1 <i>CISBAF: O desafio da autonomização institucional e do estabelecimento de mecanismos de accountability e controle social diante da cooperação entre os municípios do CISBAF</i>	227
6.1.1 Autonomização do processo decisório	230
6.1.2 Presença de mecanismos democráticos de participação e controle	240
6.1.3 Vitalidade como arena política de cooperação horizontal	243
6.2 <i>CILSJ: a conquista de autonomia institucional com presença de controles democráticos e o desafio da consolidação da coesão interna</i>	253
6.2.1 Autonomização do processo decisório	256
6.2.2 Mecanismos democráticos de participação e controle	264
6.2.3 Vitalidade como arena política de cooperação horizontal	270
6.3 <i>Comparação entre os dois casos</i>	283
6.4 <i>Considerações Finais</i>	285
7. Conclusão	287
8. Referências bibliográficas	294
9. Entrevistas	309
10. Apêndices	
I Roteiro da entrevista realizada com Rosângela Bello, dia 29/05/2010	310
II Roteiro Geral de Entrevista com Dirigentes Públicos e Representantes dos Municípios Associados dos Consórcios	313
III Trabalhos Publicados e/ou apresentados em Congressos durante o mestrado	317

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Porcentagem da cota FPM em relação à Receita Corrente dos Municípios, por Grupos de Municípios, 2008	61
Tabela 2: Participação relativa e acumulada dos municípios do Brasil no total do Produto Interno Bruto (2007)	62
Tabela 3: Número de Municípios Instalados de 1984 a 1997, por classes de tamanho da população (%)	66
Tabela 4: Média do Consórcio Intermunicipal por Grandes Regiões e Unidades Federativas em 2002	146
Tabela 5: Consórcio Intermunicipal em área de atuação da administração municipal por classe de tamanho da população dos municípios em 2002, com identificação do maior valor e sinalização do sentido de crescimento em cada setor	148
Tabela 6: Coeficientes de Correlação e de Determinação entre a média da população em cada classe de tamanho (variável dependente) e o Consórcio Intermunicipal por setor de atuação da administração municipal em 2002	149
Tabela 7: Média do Consórcio Intermunicipal por Grande Região e Unidade Federativa em 2005	151
Tabela 8: Consórcio Intermunicipal em área de atuação da administração municipal por classe de tamanho da população dos municípios em 2005, com identificação do maior valor e sinalização do sentido de crescimento em cada setor	152
Tabela 9: Coeficientes de Correlação e de Determinação entre a média da população em cada classe de tamanho e o Consórcio Intermunicipal por setor de atuação da administração municipal em 2005	153
Tabela 10: Média do Consórcio Intermunicipal por Grande Região e Unidade Federativa em 2009	154
Tabela 11: Consórcio Intermunicipal em área de atuação da administração municipal por classe de tamanho da população dos municípios em 2009, com identificação do maior valor e sinalização do sentido de crescimento em cada setor	156
Tabela 12: Coeficientes de Correlação e de Determinação entre a média da população em cada classe de tamanho (variável dependente) e o Consórcio Intermunicipal por setor de atuação da administração municipal em 2002	157
Tabela 13: Índice de Consórcio Intermunicipal, Z-Score em relação à média nacional e da Região Sudeste no Estado do Rio de Janeiro por área de atuação da	1645

administração municipal em 2002	
Tabela 14: Índice de Consórcio Intermunicipal, Z-Score em relação à média nacional e da Região Sudeste no Estado do Rio de Janeiro por área de atuação da administração municipal em 2005	166
Tabela 15: Índice Consórcio Intermunicipal, Z-Score em relação à média nacional e da Região Sudeste no Estado do Rio de Janeiro por área de atuação da Administração Municipal em 2009	167
Tabela 16: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e suas dimensões dos municípios do CISBAF em 2000, com classificação dentro da UF e ordenados de forma decrescente pelo IDH-M Longevidade	176
Tabela 17: População em 2008, leitos existentes, parâmetros de necessidade e déficit de Leitos gerais dos municípios integrantes do CISBAF, ordenados de forma decrescente pelo déficit de leitos gerais	177
Tabela 18: Despesas municipais em saúde dos municípios integrantes do CISBAF em 2009, ordenado de forma decrescente pela porcentagem de recursos próprios aplicados em saúde	180
Tabela 19: Receita Orçamentária dos municípios do CILSJ em 2000	203
Tabela 20: Número de eleitores no Estado do Rio de Janeiro e número de eleitores e porcentagem na Região das Baixadas Litorâneas (em relação ao RJ) e nos municípios do CILSJ (em relação à BL) em julho de 2010	204
Tabela 21: Demonstrativo Financeiro do CISBAF nos exercícios de 2004 a 2009	237
Tabela 22: Discriminação dos recursos que compõem o orçamento do CILSJ	263

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo de relacionamento entre as unidades nacional, estadual e local para os EUA	41
Figura 2: Mapeamento dos trabalhos produzidos sobre os consórcios intermunicipais na literatura nacional, segundo a sua área de conhecimento, forma de abordagem e os temas que compõem a agenda de pesquisa	93
Figura 3: Evolução da Média do Índice de Consórcio por Grande Região em 2002, 2005 e 2009	160
Figura 4: Evolução da média do Índice de Consórcio Intermunicipal em 2002, 2005 e 2009 por Unidade Federativa	161
Figura 5: Evolução da média do Índice de Consórcio por classe de tamanho da população em 2002, 2005 e 2009	163

Figura 6: Evolução do Índice de Consorciamento Intermunicipal por Setor de Atuação nos anos de 2002, 2005 e 2009	164
Figura 7: Evolução do Índice de Consorciamento Intermunicipal por área de atuação na administração municipal no Estado do Rio de Janeiro em 2002, 2005 e 2009	168
Figura 8: Evolução do Z-Score do Índice de Consorciamento Intermunicipal do Estado do Rio de Janeiro em relação à média nacional por área de atuação na administração municipal em 2002, 2005 e 2009	169
Figura 9: Evolução do Z-Score do Índice de Consorciamento Intermunicipal do Estado do Rio de Janeiro em relação à média da Região Sudeste por área de atuação na administração municipal em 2002, 2005 e 2009	169
Figura 10: Mapa da Região Metropolitana I: municípios formadores do CISBAF mais o Rio de Janeiro	174
Figura 11: Localização da Região Hidrográfica VI - Lagos São João	198
Figura 12: Boom de algas em praia de São Pedro da Aldeia em 20	208
Figura 13: Organograma estabelecido pela primeira resolução do CILSJ	213
Figura 14: do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João no dia 06/05/2011	216
Figura 15: Proporcionalidade dos partidos representados pelos prefeitos dos municípios do CISBAF eleitos em 1996, 2000, 2004 e 2008 em relação ao total da região	231
Figura 16: Mapa conceitual da logística da organização do CILSJ	258
Figura 17: Participação da sociedade civil nas reuniões da ASEP em outubro de 2004 para discutir o reequilíbrio dos contratos de concessão dos serviços de água e esgoto na região com as empresas Prolagos e Águas de Juturnaíba	269
Figura 18: Modelo representativo de tensões no processo de gestão de bacia	276

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Transferências Voluntárias da União para Estados e Municípios (1997-2008)	73
Gráfico 2: Consorciamento Intermunicipal por área de atuação da administração municipal em 2002	150
Gráfico 3: Consorciamento Intermunicipal por Área de Atuação dos Municípios em 2005	154
Gráfico 4: Consorciamento Intermunicipal por Área de Atuação em 2009	157
Gráfico 5: Boxplot da distribuição do Índice de Consorciamento Intermunicipal	159

de Saúde, Meio-Ambiente e Desenvolvimento Urbano por Grande Região em 2009	
Gráfico 6: Taxa de crescimento anual da população residente do Estado do Rio de Janeiro e dos municípios do CILSJ entre 1996 e 2000	202
Gráfico 7: Porcentagem da Receita Orçamentária investida pelos municípios do CILSJ em Habitação e Urbanismo e em Saúde e Saneamento (2000)	204
Gráfico 8: Demonstração da Evolução dos Ativos Financeiros do Cisbaf, nos exercícios de 2004 a 2009	237
Gráfico 9: Número de reuniões anuais do Conselho Técnico (CT) e do Conselho de Municípios (CM) do CISBAF de 2000 até 2010	245
Gráfico 10: Comparecimento no Conselho de Municípios do CISBAF de 2000 a 2011, segundo a presença dos prefeitos e de outros representantes	246
Gráfico 11: Comparecimento no Conselho de Municípios do CISBAF de 2000 a 2011, segundo a presença dos secretários municipais de saúde e de outros representantes	247
Gráfico 12: Frequência dos representantes municipais, prefeitos ou outros, nas reuniões do Conselho de Municípios do CISBAF, por município consorciado, de 2000 a 2011	248
Gráfico 13: Frequência dos representantes municipais, secretários ou outros, nas reuniões do Conselho Técnico do CISBAF, por município consorciado, de 2000 a 2011	249
Gráfico 14: Número de Reuniões anuais realizadas pelo Conselho de Sócios, pela Comissão Executiva e pela Plenária de Entidades do CILSJ no período de 2000 a 2010	278
Gráfico 15: Comparecimento nas reuniões do Conselho de Sócios do CILSJ entre 1999 e 2009, segundo a presença dos prefeitos e outros representantes	279
Gráfico 16: Comparecimento na Comissão Executiva de 2000 até 2007.	280
Gráfico 17: Frequência dos representantes nas reuniões do Conselho de Sócios de 1999 a 2009, por prefeito e outro representante	281
Gráfico 18: Frequência por município nas reuniões da Comissão Executiva no período de 2000 a 2007	282

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura Fiscal dos Recursos Municipais	59
Quadro 2: Fatores associados à formação de consórcios intermunicipais no Brasil pela literatura nacional	103

Quadro 3: Fatores que contribuem para a sustentabilidade dos consórcios intermunicipais	116
Quadro 4: Aspectos analisados na literatura nacional sobre a relação entre os consórcios intermunicipais e a sociedade e fatores associados	124
Quadro 5: Eixo Autonomização do Processo Decisório	130
Quadro 6; Eixo Controles Democráticos e Participação Social	
Quadro 7: Eixo vitalidade do consórcio como arena política de cooperação horizontal	135
Quadro 8: Condição de Gestão dos Municípios do CISBAF de acordo com a NOB/96	130
Quadro 9: Objetivos definidos pelo Plano Diretor do CISBAF e Ações a serem implementadas	183
Quadro 10: Cota Mensal de Custeio do CISBAF para os municípios integrantes, segundo os critério de divisão proporcional estabelecido pelo Conselho de Municípios e pela Secretaria Executiva	185
Quadro 11: Unidades de Pré-Hospitales Fixos viabilizadas pelo convênio entre o Ministério da Saúde, o CISBAF e os Municípios da Baixada Fluminense em 2006	190
Quadro 12: CISBAF: modelo institucional, objetivos e ações realizadas	196
Quadro 13: Localização da Área de Atuação do CILSJ	199
Quadro 14: Hidrografia da Área de Abrangência do CILSJ	199
Quadro 15: Sequenciamento das aprovações das leis que autorizaram a integração dos municípios ao CILSJ	210
Quadro 16: Projetos em execução pelo CILSJ	222
Quadro 17: CILSJ: modelo institucional, objetivos e ações realizadas	223
Quadro 18: Relação dos entrevistados com atuação ligada ao CISBAF, função exercida no município e no consórcio, dia e duração da entrevista	230
Quadro 19: Partido do Presidente do CISBAF, do Presidente do Brasil e do Governador do Rio de Janeiro	233
Quadro 20: Relação dos atores ligados ao CILSJ entrevistados	255
Quadro 21: Equipe Técnica Efetiva do CILSJ	259
Quadro 22: Comparação de resultados entre o CISBAF e o CILSJ em relação ao autonomização do processo decisório, aos mecanismos democráticos de participação e controle e à vitalidade enquanto arena política de cooperação horizontal	284

LISTA DE SIGLAS

ABM – Associação Brasileira de Municípios
ADEJA – Associação de Defesa de Jacarepiá
ADLA – Associação de Defesa da Lagoa de Araruama
AMARLA - Associação de Meio Ambiente da Região da Lagoa de Araruama
ANA – Agência Nacional de Águas
ANAMA - Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente
ANC – Assembléia Nacional Constituinte
AGENERSA – Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro
APA – Área de Proteção Ambiental
APLA – Associação Protetora da Lagoa de Araruama
ASEP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro
BL – Baixadas Litorâneas
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF – Comitê de Articulação Federativa
CBHLSJ – Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João
CEDAE – Companhia Estadual de Água e Esgoto
CEPESC – Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde Coletiva
CERHI – Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CETHID – Centro Especializado no Tratamento de Hipertensão e Diabetes
CHC – Consórcio Hospitalar da Catalunha
CIDA – Agência Canadense de Financiamento Internacional
CIDE – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
CISDOCE – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Rio Doce
CILSJ – Consórcio Intermunicipal Lagos São João
CINPRA - Consórcio de Produção e Abastecimento de São Luís no Maranhão
CIPCJ – Consórcio Intermunicipal Piracicaba Capivari e Jundiá
CIPT - Consórcio Intermunicipal dos Vales dos Rios Tietê-Paraná
CISA - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Penápolis
CISBAF- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense

CIS LAV – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Alto Rio Grande
CIS MARG – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Lavras
CISMEPA – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro
CIVAP – Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema
CIJ – Consórcio Intermunicipal da Bacia do Jiquiriçá
CNM – Confederação Nacional de Municípios
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CODIVAR - Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira
COMAM – Consórcio de Municípios da Alta Mogiana
CONASEMS – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde
CONDERG – Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista
CONDIAC – Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba
CONLESTE – Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Leste Fluminense
CONFIEX - Comissão de Financiamentos Externos
CONRESOL – Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos
COPPE – Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia
COSEMS - Conselho de Secretários Municipais de Saúde
DER – Departamento de Estradas e Rodagem
EC – Emenda Constitucional
ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública
EUA – Estados Unidos da América
FECAM – Fundo Estadual de Conservação Ambiental
FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FEIDRO – Fundo Estadual de Recursos Hídricos
FNP – Frente Nacional de Prefeitos
FORLAGOS – Fórum de Desenvolvimento da Região dos Lagos
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FPE – Fundo de Participação dos Estados
FUNBOAS - Fundo de Boas Práticas Sócio-Ambientais em Micro-Bacias

GEAP – Grupo Executivo de Áreas Protegidas
GELA – Grupo Executivo da Lagoa de Araruama
IBAMA – Instituto Brasileiro Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IC – Índice de Consorciamento
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEA – Instituto Estadual do Ambiente
IPEA – Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada
IPEDS – Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU – Imposto sobre Propriedade Territorial ou Urbana
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis
IR – Imposto de Renda
LOA – Lei Orgânica da Assistência Social
LOS – Lei Orgânica da Saúde
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MERO - Movimento Ecológico Rio das Ostras
NCP - Novos Consórcios Públicos
NERJ - Núcleo Estadual do Rio de Janeiro
NOB – Norma Operacional Básica
OECD – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAB – Piso de Atenção Básica
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEA – Programa de Educação Ambiental
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PL – Partido Liberal

PNAGE – Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PP – Partido Progressista

PPI – Programação Pactuada e Integrada

PR – Partido da República

PRP – Partido Republicano Progressista

PROMOEX – Programa de Modernização do Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros

PSC – Partido Social Cristão

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

REBOB – Rede Brasileira de Organismos de Bacia

REDUC – Refinaria de Duque de Caxias

RH – Região Hidrográfica

RM – Região Metropolitana

SEA – Secretaria Estadual do Ambiente

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SERLA – Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas

SES – Secretaria de Estado de Saúde

SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde

SEMADS – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SAMU – Serviço Móvel de Urgências

SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUS – Sistema Único de Saúde

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TCU – Tribunal de Contas da União

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

UTI – Unidade de Tratamento Intensivo

WWF – World Wide Found for Nature

“O maior desserviço das explicações monocausais não é a limitada relevância explicativa, mas, sim, a ilusão de que vivemos em um mundo social racional coerente que funciona a partir de uma lógica única”.

Bernardo Sorj, *A Nova Sociedade Brasileira*